

Resumo: Objetiva explorar os caminhos possíveis pelos quais a Ética da Informação pode contribuir para o combate contra racismo no mundo digitalmente conectado. Propõe uma articulação entre a teoria decolonial e a ética intercultural da informação como dispositivos metodológicos para essa articulação. Defende a legitimidade epistemológica de seu objeto e de sua abordagem teórica, através de uma visão geral da própria história da ciência da informação, de seus inícios positivistas ao *status* atual de uma ciência social aplicada.

Palavras-chave: Ética intercultural da informação; Racismo; Teoria decolonial.

Abstract: The aim of this paper is to explore possible ways by which information ethics can contribute to combat racism in a world digitally interconnected. It proposes an articulation between decolonial theory and intercultural information ethics as a methodological device to do so. It defends the epistemological legitimacy of its object and of its theoretical approach, through an overview of information science history itself, from its positivist beginnings towards its current *status* as an applied social science.

Keywords: Intercultural information ethics; Racism; Decolonial theory.

Introdução

A Ciência da Informação (CI) é percebida hoje como uma ciência social aplicada, que cria um espaço para a discussão dos fenômenos relacionados à informação a partir da sua natureza cultural, política e econômica (ARAÚJO, 2003).

Em sua origem a CI se aproximou de um modelo positivista e funcionalista (ARAÚJO, 2003). Nascida a partir da preocupação com os problemas relativos à recuperação da informação, a área desenvolveu-se com forte influência da Documentação, de Paul Otlet, e da Biblioteconomia especializada dos E.U.A. Dessa forma,

A CI não nasce em edifícios “neutros”, ou seja, desligados de uma gramática e de uma tradição pré-definidas, mas aparece como uma sobreposição de áreas como Documentação, Bibliografia e Biblioteconomia, como uma intensificação de estudos de determinadas práticas destas áreas, como o mergulho em uma sub-tradição (2008:106).

Essa formação histórico-social do campo influi diretamente no modo como seu objeto de estudo – a informação sobre a informação, isto é, a meta informação – é abordado. Por isso, na sua gênese, a CI colocou a meta informação de cunho técnico-científico numa posição de centralidade, enfatizando os processos de representação, recuperação e acesso a essa modalidade de informação. Contudo, a própria construção do saber científico em

moldes positivistas é questionada por olhares epistemológicos de outras matrizes, como a teoria crítica ou o pós-estruturalismo, conforme os quais, a despeito de suas diferenças, o conhecimento científico deve ser situado histórica, econômica e politicamente. Assim, em sua perspectiva contemporânea, a CI expande a tipologia da informação que compõe o seu escopo, a partir da visão da apropriação social da informação, passando a se preocupar também com os fluxos de informação e os processos que envolvem esses fluxos na vida cotidiana.

Pensando nos fluxos de informação dentro das práticas da vida cotidiana, nos propomos a investigar a questão étnico-racial, especificamente o racismo contra a população negra. Pudemos observar que existem estudos relevantes sobre a aderência da temática ético-racial na CI, e por consequência, o debate sobre a informação e a meta informação étnico-racial. Uma vez constatada essa interface, nosso questionamento passa da relevância e legitimidade epistêmica de se discutir temáticas étnico-raciais na CI às contribuições que a CI tem a dar para esse debate: de que instrumentos teóricos e metodológicos o campo pode dispor para a luta contra o racismo, assustadoramente frequente na realidade brasileira?

É sempre válido ressaltar que os estudos étnicos não implicam em uma ausência de disciplina ou a falta de uma atitude racional substituída pelo ativismo. Na verdade, esses estudos apresentam um novo momento na ciência, uma resposta crítica à desumanização no modo de fazer ciência a partir da linha de pensamento ontológica moderno-colonial (MALDONADO-TORRES, 2016). Maldonado-Torres (2016:78) define os estudos étnicos da seguinte maneira:

- a) investigam de forma central as dinâmicas de exclusão das formas hegemônicas de poder, ser, e conhecer [...]
- b) usam conceitos de raça, gênero, classe, e outros marcadores da diferença humana hierárquica e naturalizada [...]
- c) tomam como fonte de articulação de problemas que se plasman em variadas expressões de conhecimento e de expressão criativa, incluindo o trabalho intelectual, o trabalho artístico, a mobilização social e a vida “ordinária” de comunidades de cor e que
- d) denota uma orientação emancipatória ou decolonizadora no sentido de que estão enraizados não na atitude liberal das artes liberais cuja tendência principal é a oposição ao dogmatismo e o cultivo da tolerância frente à diversidade, senão uma atitude decolonial que busca o desmantelamento das formas de poder, ser e conhecer desumanizadoras [...]. Este tipo de atitude, de objetivo ou propósito conduz a
- e) se apropriar criticamente do uso de múltiplas disciplinas e métodos, sobretudo nas ciências humanas e nas ciências sociais, e a construir novas categorias metodológicas, formas discursivas, práticas pedagógicas e políticas e espaços institucionais que procurem expandir os espaços de emancipação, liberação e decolonização do poder, do ser e do saber.

Esses estudos apresentam novas abordagens metodológicas ao dar vozes a grupos marginalizados, não negando a subjetividade dos sujeitos que realizam a pesquisa. Vemos então a postura decolonial como uma alternativa possível de apropriação pela CI, como

uma estratégia adequada para discutir o racismo, conforme será demonstrado mais detidamente a seguir.

A visão decolonial

Decolonialidade propõe-se a discutir de forma crítica a perspectiva eurocêntrica presente nas epistemologias, ontologias e políticas latino-americanas (CAMPOS; SOUZA, 2015). Esse conceito reflete sobre as consequências da colonialidade e da modernidade, sob a qual a CI nasce, entendidas como duas faces da mesma moeda, que se instaura no mundo globalizado através da colonialidade do poder (que se manifesta na dominação econômica e política), do saber e do ser (CAMPOS e SOUZA, 2015). “Central ao projeto político-acadêmico da decolonialidade é o reconhecimento de múltiplas e heterogêneas diferenças coloniais, assim como as múltiplas e heterogêneas reações das populações e dos sujeitos subalternizados à colonialidade do poder” (BERNARDINO-COSTA e GROSFUGUEL, 2016:21). Complementando essa visão sobre a heterogeneidade contemporânea, Dussel (2016) situa o projeto decolonial no que ele chama de transmodernidade, na tentativa de evidenciar que diferentes culturas, embora situadas em um mesmo tempo cronológico, vivenciam diferentes momentos, o que significa que o diálogo intercultural deve ser transversal.

Para a compreensão da contemporaneidade faz-se necessário aceitar que mesmo que o período colonial (metrópole-colônia) tenha oficialmente acabado, as relações de dominação construídas durante esse período permanecem vivas, desumanas e manifestam-se pelo racismo, sexismo, xenofobia, dentre tantas outras formas de exclusão. Nesse contexto, a noção de decolonialidade tenta construir um novo paradigma, um projeto político-epistêmico para problematizar e compreender a realidade de países que foram colonizados. O projeto decolonial é a crítica ao eurocentrismo (CAMPOS e SOUZA, 2015), “é a situacionalidade geohistórica e corporificada que articula a produção do conhecimento” (RESTREPO e ROJAS, 2010:20, tradução nossa).

Para Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), a ascensão de uma teoria decolonial, em substituição a uma visão pós-colonial, constituiu na virada do século XXI uma rede de investigadores e investigadoras latino-americanos(as) que sofriam constantes tentativas de silenciamento em contexto institucional (o programa de investigação modernidade/colonialidade), dado que nesse momento ainda existe uma hegemonia do modo de pensamento eurocêntrico. O pensamento decolonial surge então dos sujeitos coloniais que se situam nas fronteiras, sejam elas físicas ou imaginárias.

“Ao evitar o paradoxal risco de colonização intelectual da teoria pós-colonial, a rede de pesquisadores da decolonialidade lançou outras bases e categorias interpretativas da realidade a partir das experiências da América Latina” (BERNARDINO-COSTA e GROSFUGUEL, 2016:16), buscando a construção de um conhecimento que evite falsos universalismos, como a visão já consolidada de um sistema-mundo capitalista / patriarcal / cristão / moderno / colonial / heterossexual / cisgênero europeu. Contudo, existe uma diferença que não deve ser ignorada entre o lugar epistêmico e o lugar social. Se alguém se situa socialmente no lado oprimido, não significa que pensa epistemologicamente a partir do lugar subalterno, e é aqui onde o mundo moderno tem seu maior êxito, convencendo os sujeitos situados no lugar socialmente oprimido a pensar de acordo com uma epistemologia

eurocêntrica hegemônica, que se assume como universal. Esse lugar de fala não é demarcado apenas por uma localização geopolítica, mas também por hierarquias raciais, de classe, gênero, para citar algumas, como apontado por Davis (2016) e Akotirene (2018).

A epistemologia tem sido um saber protocolar para o domínio da discursividade ocidental, situando-se em posição de autoridade (ALCOFF, 2016). Dessa forma, a epistemologia presume o direito de julgar. Como recusa a esse universalismo autoritário de construção e validação do conhecimento, pode-se entender a epistemologia decolonial como um mecanismo para lutas revolucionárias, uma epistemologia que não é apenas crítica, mas também reconstrutiva.

O conhecimento libertador, emancipatório, é construído a partir de uma atitude decolonial, que trabalha não apenas questões gerais de empobrecimento e opressão, mas pode ser compreendida pela ótica do multiculturalismo, especialmente a sistemática desautorização da perspectiva interpretativa dos oprimidos do sul global. É preciso reconhecer esses sujeitos enquanto produtores de conhecimento, capazes de narrarem suas experiências, que são, muitas vezes, vivências de exclusão (ALCOFF, 2016).

“O conceito de decolonização epistêmica e, mais amplamente, os conceitos de decolonização do ser, do poder e do saber adicionam precisões importantes para entender as formas de conhecimento com um caráter decolonizador” (MALDONADO-TORRES, 2016:76). Passamos a entender que a visão decolonial é uma forma de emancipação de sujeitos que foram deslegitimados pelo colonialismo e também no pós-colonialismo, assumindo que essa postura não põe a narração do sujeito excluído em posição de centralidade, embora o pós-colonialismo se proponha ao reconhecimento da diferença. Decolonialismo é uma forma de reconhecimento de diferentes realidades, considerando que essas realidades são situadas não só geográfica e historicamente, mas também no que diz respeito às identidades sociais, tanto as que foram criadas como as que foram silenciadas e desautorizadas epistemicamente durante o colonialismo.

Para Maldonado-Torres (2016), a decolonialidade é tanto um projeto incompleto como uma atitude. Uma consciência decolonial almeja dessegregar, dismantlar o poder, o ser e o saber construídos a partir de uma visão moderna-colonial, caracterizando um momento de mudança. Dessa forma, a questão étnico-racial deixa de ser os estudos dos outros, os não representados de forma equitativa em posições de poder na sociedade. Esse posicionamento cresce ligado aos movimentos sociais que buscam o empoderamento de grupos convertidos em minorias. Partindo do exposto, inferimos que a postura decolonial, assim como a própria discussão da temática étnico-racial, tem uma dimensão ética, sendo esse um dos espaços onde a CI pode contribuir para a luta como o racismo, a discriminação e o preconceito, mais especificamente por meio da ética intercultural da informação.

A Ética intercultural em Informação

Considerações sobre ética em informação são necessárias para se (re)pensar criticamente as mudanças advindas da ampla incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na nossa vida cotidiana. Os primeiros questionamentos sobre ética em informação partiram de debates relativos a exclusão e inclusão digital, apropriação social e cultural das TIC e proteção de dados (CAPURRO, 2005). Desde a década de 1990, a ética em informação tem composto a pauta das discussões da Organização das Nações Unidas

(ONU), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do G8 (que reúne o grupo dos chefes de Estado ou governos mais poderosos do planeta), entre outros grupos, que questionaram, durante a maior parte do tempo, principalmente questões relativas ao acesso e à qualidade da informação disseminada, o chamado “fosso” digital (BURCH, 2005; CAPURRO, 2005; 2009a; 2010). A discussão sobre o tema começa precisamente no *First International Congress on Ethical, Legal, and Societal Aspects of Digital Information*, que aconteceu no Principado do Mônaco, em 1997 (CAPURRO, 2009b). Na atualidade, as questões ético-informacionais mais prementes envolvem o problema da vigilância e da desinformação.

Entendemos a ética como um ramo da filosofia que objetiva uma reflexão sobre os fundamentos da moral (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2001). Numa perspectiva complementar, de inspiração aristotélica, Schneider (2013, p. 65) destaca que em “qualquer uma das acepções que se queira, [ética] consiste na busca racional do bem viver”. Já Capurro (2009b) recorda um princípio ético básico e universal: “não faça o mal, ajude onde puder”. Esta afirmação seria uma experiência transcultural comum a todos os seres humanos, pois diz respeito à nossa consciência de um mundo comum e de estar com outros. Não se trata, assim, de um universal totalitário, mas dialético, pois não se opõe nem se impõe às particularidades de cada cultura singular, na medida em que o particular é a mediação específica entre o singular e o universal, o modo concreto como uma parte do todo se realiza de um modo único, sem com isso deixar de ser uma parte do todo.

Schneider (2016) inscreve o debate sobre a ética em dois grandes níveis de análise. O primeiro é o nível filosófico, que nos conduz a uma perspectiva dialética que busca relacionar as conceitualizações e mútuas determinações entre o universal, que designa uma meta-ética; o particular, referente aos diferentes sistemas morais; e o singular, que foca a eticidade das possíveis ações no aqui e no agora. O segundo nível é o sócio-histórico, que relaciona, em um viés mais empírico, política, cultura e economia. Os dois níveis devem ser articulados, embora a análise de cada um deva conservar sua autonomia metodológica relativa: o primeiro, em um nível maior de abstração, o segundo em um nível maior de empirismo.

Neste momento, inscrevemos a ética em informação no segundo nível, ao agregar à sua problemática as relações de poder envolvidas nas questões de produção, disseminação, acesso, apropriação e uso da informação étnico-racial. Dessa forma, a discussão sobre a ética em informação inclui ações na tentativa de preservação, promoção ou combate de alguns valores morais, objetivando o melhor para o coletivo. Capurro (2005) elenca alguns desses valores morais, a saber:

1. O conhecimento é herança e propriedade da humanidade e por isso é livre.
2. O acesso ao conhecimento deve ser livre.
3. Reduzir o fosso digital deve ser reconhecido como um objetivo político de alta prioridade.
4. Todas as pessoas têm direito a acesso ilimitado a documentos de órgãos públicos e entidades controladas publicamente.
5. Os direitos dos trabalhadores devem ser garantidos e estendidos no ambiente de trabalho articulado eletronicamente.

6. A diversidade cultural é um pré-requisito para o desenvolvimento individual e social sustentável.
7. A diversidade dos meios de comunicação e disponibilidade de informações de fontes independentes são essenciais para a manutenção de um público informado.
8. Normas técnicas abertas e formas abertas de produção técnica e de software garantem o livre desenvolvimento da infraestrutura e, portanto, formas de comunicação autodeterminadas e livres.
9. O direito à privacidade é um direito humano e é essencial para o desenvolvimento humano livre autodeterminado na sociedade do conhecimento (CAPURRO, 2005¹, tradução nossa).

A temática da ética em informação não trata, portanto, apenas de atividade intelectual, de uma reflexão sobre a moral, mas principalmente de discutir as forças transformadoras que atuam na sociedade, as formas de democratizar o acesso à informação na web, proporcionando uma mudança social virtuosa (CAPURRO, 2005). Esse acesso à informação para uma mudança na vida das pessoas, principalmente em grupos que são socialmente marginalizados, é um mecanismo facilitador para o empoderamento. O acesso a informações relevantes contribui para a quebra de ciclo de exclusão, e pode levar a uma melhoria na qualidade de vida a partir da tomada do poder (BERTH, 2018). Essa problemática hoje começa com o acesso à Internet, embora não se resume apenas a isso, especialmente se considerarmos que esse acesso à informação traz consigo a questão da hiperinformação e da desinformação, que não podem ser ignoradas na contemporaneidade.

Garcia (2010) propõe que, para que uma reflexão sobre a ética em informação seja feita, devem ser levados em consideração três pontos: o primeiro se refere ao fluxo da informação, desde a geração da ideia, passando pela disseminação até chegar ao acesso, apropriação e posteriormente ao uso desta informação, ou seja, a ética em informação deve contemplar o ciclo estendido da informação. O segundo ponto é que deve ser considerada a existência de normas de condutas éticas absolutas, o que apontamos anteriormente na visão Capurro (2009b) ao mencionar o princípio ético básico e universal, que se instrumentaliza na moral com a busca do bem viver. E o último ponto a ser levado em consideração é a autoética, que se impõe com a perda da certeza absoluta, o enfraquecimento da voz interior que aponta para o bem ou para o mal, nas contradições e nas incertezas éticas. A autocrítica passaria também por um exercício de empatia, pois essa perda de certezas começa a ocorrer com o diálogo com o outro e o reconhecimento de outros pontos de vista (2010).

Schneider (2016), por sua vez, afirma que não é possível pensar em uma ética universal que ignore a riqueza e a complexidade das diversas éticas em todo o mundo, com suas singularidades, semelhanças e contradições, embora as diferentes noções de agir eticamente apresentem pontos de convergência. Daí sua perspectiva dialética de propor a

¹ Documento eletrônico, sem paginação.

busca do elemento universal a partir desses pontos de convergência, com o cuidado necessário para que o universal não sufoque os particulares, e, inversamente, que os particulares não solapem a emergência de um universal que os acolha, numa dinâmica de mútua transformação e adaptação.

A noção de ética em informação, hoje, abrange uma grande variedade de questões ligadas ao intercâmbio e uso de informação digitais/digitalizadas (CAPURRO, 2005). O conceito de ética em informação pode também ser discutido como uma crítica à construção do ser digital que ignore as necessidades reais do ser humano em sentido global, dentro e fora das redes. Por isso é preciso questionar como o meio digital corrobora, ou até mesmo acentua, processos de exclusão informacional e social maiores.

A ética em informação também pode ser entendida como uma reflexão sobre as formas como vivemos em rede, nosso comportamento no ciberespaço (CAPURRO, 2005). É um conjunto de teorias que descreve os meios de comunicação digital e seus fluxos de informação, e lida com reflexões críticas sobre os dilemas morais no campo da informação digital, incluindo aspectos individuais, coletivos e universais (CAPURRO, 2005).

Para Capurro (2005), em síntese, a ética em informação se propõe a:

- Observar o desenvolvimento das relações morais no campo da informação e, especialmente, no campo da rede digital.
- Expõe e critica mitos informativos e analisa relações de poder que determinam o campo em questão.
- Expõe contradições ocultas em ações de poder teóricas e/ou práticas.
- Observa o desenvolvimento de concepções teóricas no campo da informação (CAPURRO, 2005, online, tradução nossa).

Nesse contexto, as TIC reconfiguram a dinâmica global do processo informacional, que inclui produção, difusão, gestão, acesso, uso da informação, cujos efeitos sociais dizem respeito à dimensão política da própria CI. Esses processos inscrevem-se em um espaço fronteiro e intrafronteiro do campo, um espaço interseccional entre ética, política e epistemologia (entendida aqui como teoria do conhecimento científico e não científico), que se propõe a ponderar sobre a pluralidade dos processos informacionais.

É preciso buscar novas normas éticas para lidar com as TIC e seus impactos no nosso modo de vida, preservando a pluralidade e almejando uma sociedade mais harmoniosa, que, ao nosso ver, deve impulsionar no campo da CI as discussões sobre a discriminação sistemática que ainda acontece com a população negra.

Considerações finais

O racismo é rigorosamente imoral, por ser baseado em falsas premissas, promover práticas estúpidas e gerar sofrimento desnecessário: sua falsidade, sua estupidez e seus efeitos perversos o tornam assim um tema importante para o debate ético. Já a promoção e o combate ao racismo em meio digital dizem particularmente respeito à ética em informação, em especial à ética intercultural em informação. Porque, no recorte que se queira, como culturas não são blocos homogêneos e monolíticos, há que se considerar hierarquias e contradições internas em culturas nacionais, em culturas científicas, em culturas pensadas em termos étnico raciais etc., bem como em todos os cruzamentos que se possa fazer entre esses recortes. Por essa razão, a ética do cuidado, elemento central da ética intercultural em informação formulada por Capurro (2009a, 2009b e 2010), é um bom caminho para a CI desenvolver pesquisas teóricas e aplicadas voltadas à informação étnico racial. Esse cuidado nos convida à desreificação do outro e de seus discursos, representações, sistemas classificatórios, nos convida a uma atitude diante da alteridade que é ao mesmo tempo de empatia, curiosidade e abertura intelectual, tríade que compõe um excelente antídoto contra o preconceito. Além disso, metodologicamente, a perspectiva da ética intercultural da informação articulada à teoria decolonial não se limita a uma atitude contemplativa, sendo igualmente práxis, por ser não só analítica, mas propositiva e combativa, nos limites de seu raio possível de ação, que são a academia e os fóruns institucionais existentes abertos ao debate, em nível regional, nacional e internacional, como no caso da Unesco. Assim, além de buscar desfazer mal entendidos interculturais derivados da ignorância e do preconceito, essa articulação revela e denuncia imperialismos culturais advindos do puro e simples abuso e objetificação do outro, de suas manifestações mais grosseiras às mais sutis.

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, Carla

2018 *O Que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila

2003 A Ciência da Informação como ciência social. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 32:3 (set./dez. 2003) 21-27. [Consult. 13 jul. 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19020.pdf>.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón

2016 Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*. [Em linha]. 31:1 (jan./abr. 2016) 15-24. [Consult. 18 fev. 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00015.pdf>.

BERTH, Joice

2018 *O Que é empoderamento?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

BURCH, Sally

2005 Sociedade da informação, sociedade do conhecimento. In *Desafios de palavras: enfoques multiculturais sobre as sociedades da informação*. Coord. Alain Ambrosi, Valérie Peugeot, Daniel Pimenta. [Em linha]. Caen: C & F Éditions, 2005. [Consult. 17 jun. 2016]. Disponível em: <http://vecam.org/archives/article519.html>.

CAMPOS, Louise Rodrigues; SOUZA, Sulivan Ferreira de

2015 Educação quilombola e decolonialidade: um diálogo intercultural. In CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 12º, Curitiba, 2015 – *Anais...* [Em linha]. Curitiba: PUCPR, 2015. [Consult. 26 out. 2016]. Disponível em: <http://educere.pucpr.br/p176/anais.html?tipo=2&titulo=>.

CAPURRO, Rafael

2010 Desafios teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información: conferência inaugural. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ÉTICA DA INFORMAÇÃO, 1º, João Pessoa, 2010 – *Anais...* [Em linha]. João Pessoa: UFPB, 2010. [Consult. 17 jun. 2016]. Disponível em: <http://www.capurro.de/paraiba.html>.

CAPURRO, Rafael

2009a Ética intercultural de la información. In *A Ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da Formação e do Exercício Profissional do Bibliotecário no Brasil*. Org. Henriette Ferreira Gomes, Aldinar Martins Bottentuit, Maria Odaia Espinheiro de Oliveira. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009.

CAPURRO, Rafael

2009b Intercultural information ethics: foundations and applications. *Signo y Pensamiento*. [Em linha]. 28 (jul./dic. 2009) 66-79. [Consult. 18 fev. 2019]. Disponível em: <http://www.capurro.de/iiebangkok.html>.

CAPURRO, Rafael

2005 Ética de la información: un intento de ubicación. *Revista de la Facultad de Sistemas de Información y Documentación*. [Em linha]. 1:2 (jul./dic. 2005) 87-95. [Consult. 17 jun. 2016]. Disponível em: <http://www.capurro.de/colombia.htm>.

DAVIS, Angela

2016 *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DUSSEL, Enrique

2016 Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Revista Sociedade e Estado*. [Em linha]. 31:1 (jan./abr. 2016) 51-73. [Consult. 18 fev. 2019]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100051.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro

2002 Conferência do Georgia Institute of Technology e a Ciência da Informação: de volta para o futuro. *Informação & Sociedade: estudos*. [Em linha]. 12:1 (2002). [Consult. 18 fev. 2019]. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/13364>.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo

2001 *Dicionário básico de filosofia*. 3ª ed. Rio de Janeiro : Zahar, 2001.

MALDONADO-TORRES, Nelson

2016 Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Revista Sociedade e Estado*. [Em linha]. 31:1 (jan./abr. 2016) 75-97. [Consult. 18 fev. 2019]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00075.pdf>.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel

2010 *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. [Em linha]. Colombia; Popayán: Universidad del Cuenca, 2010. [Consult. 18 fev. 2019]. Disponível em: <http://www.ram-wan.net/restrepo/documentos/Inflexion.pdf>.

SALDANHA, Gustavo Silva

2008 *Viagem aos becos e travessas da Ciência da Informação: uma leitura em diálogo com Wittgenstein*. 2008. Dissertação de mestrado em Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SCHNEIDER, Marco

2016 Gramsci, Golem, Google: a marxist dialog with Rafael Capurro's Intercultural Information Ethics. In *Information cultures in the digital age: a festschrift in honor of Rafael Capurro*. Org. Matthew Kelly, Jared Bielby. [S.l.]: Springer, 2016, p. 373-383.

SCHNEIDER, Marco

2013 Ética, política e epistemologia: interfaces da informação. In *Fronteiras da Ciência da Informação*. Org. Sarita Albagli. Brasília: IBICT, 2013.

Jobson Francisco da Silva Júnior | jobsonminduim@gmail.com

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Brasil

Marco Schneider | art68schneider@gmail.com

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Brasil